



Dar a la población rural
pobre la oportunidad
de salir de la pobreza

Republica Federativa do Brasil - Estado Da Paraiba

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE)

Relatório de supervisão

Fechas de la misión: 22-25 octubre 2013
Fecha del documento: 25 octubre 2013
N.º del proyecto: 1487-BR
N.º de informe: 3212-BR
División de América Latina y el Caribe
Departamento de Administración de Programas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
(PROCASE)

EMPRÉSTIMO I-798-BR

AJUDA MEMÓRIA DA MISSÃO DE SUPERVISÃO DO PROJETO
JOÃO PESSOA, 22 A 25 DE OUTUBRO DE 2013

I. INTRODUÇÃO

1. Entre os dias 22 e 25 de outubro de 2013 em João Pessoa foi realizada a primeira missão de supervisão do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), transcorrido um ano após a assinatura do seu Acordo de Financiamento efetuada no dia 17 de outubro de 2012. A equipe do FIDA que participou da missão foi composta por Ivan Cossio, Gerente de Programas para o Brasil (CPM), Hardi Vieira, Oficial de Programas (CPO) no Brasil, e Danilo Pisani, Especialista Financeiro.
2. O principal objetivo da missão foi supervisionar o Projeto após seu primeiro ano de implementação de atividades entre outubro de 2012 e outubro de 2013, com foco nos seus principais avanços e obstáculos encontrados, provendo recomendações e um plano de ações prioritárias, de modo a contribuir para que o Projeto execute com êxito suas atividades. Esta missão de supervisão levou em conta os resultados da missão de apoio à implementação do Projeto realizada entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 2013.
3. Durante a missão, foram realizadas reuniões de trabalho com o Secretário de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), Sr. Marenilson Batista da Silva, com a Coordenadora do PROCASE, Sra. Dirce Ostroski e os quatro gerentes da Unidade Gestora do Projeto (UGP). Também foi realizada uma reunião com o Secretário da Controladoria Geral do Estado (CGE), Sr. Luzemar Martins, e com o Gestor do Programa de Ajuste Fiscal do Estado, Sr. José Sousa Dantas na qual foram esclarecidos e acordados os trâmites para celebração de convênios.
4. A Ajuda Memória está dividida em quatro partes principais: I. Introdução; II. Avanços na implementação do Projeto; III. Aspectos financeiros; e IV. Ações prioritárias para os próximos meses. A Ajuda Memória da missão de apoio à implementação está incluída como anexo e servirá como referência à equipe da UGP para complementar as orientações contidas na Ajuda Memória da presente missão de supervisão.
5. O FIDA gostaria de sublinhar a receptividade e grande apoio recebido da SEDAP, da Coordenadora da UGP e sua equipe, e da CGE de modo a garantir o sucesso da missão.

II. AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCASE

Assinatura do Acordo de Financiamento e lançamento do Projeto

6. O Acordo de Financiamento entre o Governo da Paraíba e o FIDA foi assinado no dia 17 de outubro de 2012, ou seja, no momento da supervisão o Projeto tem um ano de implementação. Durante este primeiro ano, foram realizados avanços importantes para a implementação, embora também existam temas nos quais é importante acelerar as atividades. A seguir são mencionados os temas mais relevantes.
7. O Projeto foi lançado em dezembro de 2012 num evento presidido pelo Governador do Estado, no qual participaram os prefeitos dos municípios incluídos na área de atuação, representantes de instituições do Governo Federal, Secretarias de Estado do Governo da Paraíba, organizações sociais e outros atores relevantes para o desenvolvimento rural do Estado e para a implementação do Projeto. Além deste evento público, foi realizada uma oficina com participação da equipe da Unidade de Gestão do Projeto (UGP), representantes das instituições co-executoras do Projeto e o FIDA. Esta oficina teve como objetivos nivelar a informação sobre o Projeto entre os diretamente envolvidos na sua implementação, analisar juntos os componentes e atividades incluídas nele e começar a discussão sobre a estratégia de implementação. Para isso, foram analisados os principais documentos do Projeto, entre os quais o relatório principal de desenho, o manual de operações e o plano operativo para os primeiros 18 meses, e foram concordados os passos a seguir para iniciar a implementação do Projeto.

Estabelecimento das condições básicas para a implementação do Projeto

8. A UGP está estabelecida desde o início da implementação do Projeto, porém, um ano depois de iniciada sua implementação ainda não dispõe do pessoal e equipamento necessários para executar o Projeto. Atualmente a UGP está formada por 5 pessoas: a coordenadora geral e os gerentes de desenvolvimento humano e social, de monitoramento e avaliação, de gestão ambiental e administrativo-financeiro. O atual gerente administrativo-financeiro é a terceira pessoa distinta que ocupa esta posição de forma subsequente, fato que não permitiu ter continuidade numa área chave; porém, além do gerente, o Projeto conta com a participação de servidores da SEDAP para a operacionalização dos atos administrativos necessários para execução financeira do projeto. A UGP não tem um gerente de desenvolvimento produtivo e o gerente de desenvolvimento humano e social está acumulando esta gerência, isso põe em risco o avanço na implementação das duas áreas sob sua responsabilidade. As Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGPs) ainda não foram constituídas, situação que limita o trabalho de campo que até agora foi realizado exclusivamente pela UGP central com base em João Pessoa. Esta situação geral gerou sobrecarga de trabalho nas poucas pessoas atualmente trabalhando na UGP, e limitou a implementação do Projeto no ritmo adequado o que constitui um tema crítico que precisa ser resolvido com urgência.
9. Como parte da estratégia de implementação do Projeto, o Governo do Estado definiu estabelecer um convênio de cooperação técnica com o Instituto Inter-Americano de Cooperação para a Agricultura (IICA), através do qual esse organismo internacional apoiará no desenvolvimento das capacidades técnicas e

gerenciais do Projeto, o que inclui a administração dos contratos de pessoal da UGP (inclusive das URGPs), exceto o caso da Coordenadora e dos Gerentes. O IICA é um organismo internacional com longa experiência no Brasil e em todos os países da América Latina e Caribe nos temas agrícolas, permitindo que este convênio possa contribuir de forma substancial ao sucesso do Projeto. Com relação à administração de pessoal, se espera que a implementação deste convênio com o IICA permitirá resolver as atuais limitações de pessoal e contribuirá para aceleração da implementação do Projeto.

10. Com referência à estrutura física para o funcionamento da UGP, foi estabelecido um contrato de aluguel de uma casa onde a UGP foi estabelecida, provendo condições favoráveis para seu funcionamento e permitindo que a equipe fique concentrada no trabalho do Projeto. Porém, a UGP ainda não conta com o equipamento (móveis, equipamento de informática, veículos) necessário para funcionar adequadamente, que é outra limitação importante para seu trabalho. No momento da missão de supervisão esta sendo concluído o processo de aquisição de um primeiro lote de equipamentos, suficiente para dotar de condições para desenvolver o trabalho com normalidade, mas essa aquisição poderá se atrasar caso o Governo Estadual não desembolse recursos de contrapartida aos recursos já desembolsados pelo FIDA, sem os quais não será possível concluir a aquisição desses equipamentos.

Preparação de ferramentas operativas e metodológicas

11. **O Manual de Operações do Projeto (MOP).** Pouco depois da assinatura do Acordo de Financiamento entre o Estado da Paraíba e o FIDA, a equipe da UGP revisou o MOP que foi preparado durante o desenho do Projeto e fez alterações necessárias para ajustá-lo à atual realidade institucional estadual. Essa nova versão do MOP foi submetida ao FIDA que outorgou a não objeção e considera que constitui uma ferramenta adequada para orientar a implementação do Projeto. Para completar o trabalho de atualização do MOP, nos próximos meses será necessário incorporar nele dois anexos: o que define os procedimentos para o gerenciamento financeiro, e o que normatiza a preparação, avaliação e aprovação dos projetos de investimento produtivo.
12. **Ferramentas para a preparação e aprovação de projetos de investimento.** Diante da prioridade assinada pelo Governador do Estado à implementação de projetos de investimento que beneficiem diretamente ao público alvo do Projeto, a UGP trabalhou na definição de critérios e mecanismos para a preparação, avaliação e aprovação de projetos de desenvolvimento produtivo a serem financiados pelo Projeto. Isto se reflete num roteiro que define a informação e o conteúdo que devem ter as propostas de investimentos, e os critérios que se aplicarão para avaliá-las, a partir do qual serão consideradas e aprovadas (ou não) pelo Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP). Recomenda-se que, depois da primeira rodada de preparação e aprovação de projetos que está se realizando atualmente, essas ferramentas sejam ajustadas em função da experiência deste primeiro lote e, a partir disso, deverão ser incorporadas como um anexo do MOP como mencionado no parágrafo anterior.
13. **A estratégia de Assessoria Técnica (AT).** A AT tem um papel chave na estratégia do Projeto, constitui uma ferramenta fundamental para desenvolver as capacidades do público beneficiário e contribui à sustentabilidade dos

investimentos a serem financiados pelo PROCASE. Neste sentido, a UGP realizou uma discussão interna sobre a estratégia da AT a ser implementada e uma primeira definição é que o Projeto trabalhará com distintos fornecedores desses serviços, entre eles a EMATER, ONGs com capacidades comprovadas e presença na área de atuação do Projeto, associações de técnicos locais, equipes de ATES por meio dos quais o INCRA fornece AT aos assentamentos da reforma agrária, e outros. O FIDA considera esta uma estratégia adequada porque permitirá aproveitar as capacidades e a experiência de distintos atores especializados, sempre em favor dos beneficiários do Projeto.

Difusão do Projeto na área de atuação

14. A SEDAP/UGP realizou com sucesso oficinas de difusão do Projeto em cada um dos territórios de atuação, que contaram com a participação de atores locais e parceiros para a implementação do Projeto, incluindo organizações sociais e de produtores, prefeituras municipais, instituições governamentais em nível estadual, representantes dos colegiados territoriais, ONGs e outros. A decisão de realizar estas oficinas foi acertada porque, além da difusão do Projeto, estabelece as bases para iniciar um processo de envolvimento dos atores locais na sua implementação, de estabelecimento de parcerias que permitirão aproveitar as capacidades locais, e de construção de legitimidade das ações do PROCASE.

Preparação dos primeiros projetos de desenvolvimento produtivo

15. Visando acelerar a preparação e implementação de projetos de investimento produtivo, foi lançado um edital convidando às organizações elegíveis pelo PROCASE para que preparem e apresentem propostas que poderiam ser financiadas pelo Projeto. Esse edital foi lançado num evento presidido pelo Governador da Paraíba no marco da Semana da Agricultura. O FIDA considera que este é um mecanismo adequado porque pode conferir agilidade e transparência à aprovação de investimentos produtivos.
16. No marco do edital, a UGP está apoiando tecnicamente a preparação dos projetos produtivos, nos quais participam também diversos parceiros locais que por vontade própria estão apoiando esta tarefa. Esta participação de instituições e organizações locais é um dos ganhos do processo de difusão do Projeto realizado nos seus territórios de atuação, e tem um peculiar potencial de mobilização social e das capacidades técnicas dos parceiros locais, potencializando as capacidades dessas instituições e organizações.
17. Os projetos que estão sendo preparados refletem as prioridades da população, sendo influenciados pelas consequências da seca que está castigando à região semiárida há dois anos. É natural que a maioria dos projetos em preparação esteja orientada à recuperação da base produtiva dos agricultores familiares, que foi diminuída e até perdida devido à estiagem, e às atividades artesanais que dependem relativamente pouco da disponibilidade de água. A maioria dos projetos focados na recuperação da base produtiva está orientados à produção de forragem para pequenas criações (principalmente caprinos e ovinos) e a facilitar o acesso à água com fins produtivos; os agricultores familiares envolvidos nesses projetos consideram também o melhoramento do rebanho, mas somente em um segundo momento depois que o rebanho atual tenha garantido o acesso à forragem. No caso dos projetos de artesanato, é interessante constatar que contam com

substancial participação de mulheres, que tem potencial para a geração de renda e que são menos vulneráveis à seca.

18. Os colegiados territoriais estão cumprindo um papel interessante neste processo de preparação de projetos, porque na maioria dos territórios foi acordado que os projetos a serem apresentados ao PROCASE serão enviados à UGP pelo colegiado, o que significa que terão seu aval e isso lhes confere maior legitimidade, levando em conta que nos colegiados participam organizações sociais e instituições com presença no território, sejam estas em nível municipal, estadual e do Governo Federal. A tempo de valorizar este engajamento dos Colegiados Territoriais na implementação do Projeto, é necessário selecionar as propostas com maior qualidade técnica, viabilidade e foco no público alvo do Projeto, tal qual definido pelo edital..
19. A expectativa definida pela UGP é de concluir, aprovar e assinar os convênios correspondentes a aproximadamente 25 projetos por um montante ao redor de R\$ 5 milhões até dezembro de 2013. Esta expectativa responde à prioridade assinalada pelo Governo Estadual expressada pessoalmente pelo Governador do Estado, e mostra o compromisso da UGP. O FIDA acredita que esta é uma expectativa otimista levando em conta as limitações com as quais trabalha a UGP até agora, mas ao mesmo tempo apoia fortemente o alcance dessa meta e compromete seu apoio para seu êxito.

Construção de parcerias para a implementação do Projeto

20. Desde o lançamento do Projeto foram convidadas as instituições definidas no relatório de desenho como co-executoras, para discutir os termos da sua participação. A partir disso, a UGP trabalhou com essas instituições sendo que os maiores avanços foram alcançados no diálogo com a CDRM, que terá um papel importante nas atividades de apoio aos pequenos mineradores; com o COOPERAR e Empreender para a complementariedade de investimento e ações; e com o SEBRAE para o fornecimento de serviços de capacitação e assessoria técnica a pequenos empreendedores. A UGP está avançando também no diálogo com a EMATER, que seria um dos fornecedores de serviços de assessoria técnica aos beneficiários do Projeto; com a EMEPA, especializada em pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária; a SUDEMA, nos temas de manejo sustentável de recursos naturais; o BNB para a provisão de crédito; e com os centros de pesquisa EMBRAPA Semiárido localizado em Petrolina, Pernambuco e EMBRAPA Ovinos e Caprinos de Sobral, Ceará.
21. Nos territórios de atuação do Projeto, a UGP está coordenando ações com vários interlocutores, entre eles os escritórios da EMATER, organizações de produtores, universidades e outros atores que estão participando ativamente na preparação dos projetos de investimento a serem financiados pelo PROCASE. O FIDA ressalta a importância desta dinâmica que não deve responder somente a uma necessidade operacional, mas que teria que se converter em parte da estratégia e do enfoque para a implementação do Projeto.
22. É importante sublinhar também o envolvimento dos Colegiados Territoriais dos territórios de abrangência do Projeto, que estão cumprindo um papel importante para a articulação entre o PROCASE e o conjunto de atores locais, o que contribui

à construção de parcerias, a legitimação social e institucional do Projeto e a aglutinação de esforços e capacidades técnicas locais para sua implementação.

A preparação do POA 2014

23. No momento da realização desta missão de supervisão, a equipe da UGP estava terminando a preparação do POA 2014. Essa preparação foi assumida pela UGP como um exercício de discussão sobre a estratégia de atuação do Projeto e de planejamento operacional. O FIDA valoriza essa forma de abordar a preparação do POA, porque desta maneira se converte na principal ferramenta de gestão do Projeto no dia a dia, conecta a atuação cotidiana à estratégia geral e permite o complementariedade entre os componentes do Projeto.

III. ASPECTOS FINANCEIROS

24. **Gestão Financeira.** Para a SEDAP, a gestão de um Projeto com recursos internacionais é um desafio reconhecido pela missão do FIDA e pelo Governo da Paraíba. A missão reconhece os esforços e empenho de todos os seus integrantes para o arranque deste Projeto neste primeiro ano de implementação. Os arranjos de gerenciamento financeiro necessitam de uma especial atenção para se tornarem satisfatórios na implementação do Projeto e, para isso, a missão do FIDA apresenta as observações descritas a seguir.
25. **Orçamento 2013 e 2014.** O orçamento do Projeto previsto na Lei Orçamentária Anual para 2013 prevê USD 5 milhões (R\$ 10 milhões) da fonte FIDA e USD 1 milhão (R\$ 2 milhões) da contrapartida do Governo Estadual, recursos suficientes para cumprir as atividades previstas, embora até a data de realização desta missão de supervisão não houve nenhum desembolso de recursos financeiros da contrapartida estadual. Para 2014 a proposta orçamentária é de cerca de USD 4 milhões (R\$ 8 milhões) da fonte FIDA e de USD 1 milhão (R\$ 2 milhões) da contrapartida do Governo Estadual; a missão do FIDA verificou que esta proposta orçamentária é insuficiente para cumprir o planejamento para a execução do Projeto em 2014 que precisa em total de aproximadamente R\$ 12 milhões.
26. **Plano Operativo Anual (POA) 2013 e 2014.** O Plano Operativo Anual 2013 vem sendo cumprido e estima-se a realização de despesas para a contratação de consultores e pessoal de apoio, compra de equipamentos para a UGP e o financiamento de projetos produtivos na ordem de R\$ 6 milhões; porem, mais uma vez a falta de desembolsos da contrapartida estadual limita o cumprimento das atividades previstas nesse POA. O POA 2014 está em fase de finalização e será encaminhado ao FIDA até 31 de outubro de 2013 para aprovação.
27. **Pedidos de desembolso.** O valor do empréstimo de 16.064.876 Direitos Especiais de Saque (DES, ou SDR em inglês), correspondente a aproximadamente USD 25 milhões para a execução do Projeto em 6 anos. Até o presente, a pedido do Governo Estadual o FIDA desembolsou USD 1 milhão, o que representa 4% do valor do Projeto. O Projeto ainda não possui valor comprovado ao FIDA. Segundo o planejamento apresentado durante a missão, a SEDAP/UGP prevê pedir ao FIDA um novo desembolso em 2013 no valor de USD 2 milhões e em 2014 no valor USD 4 milhões.

28. **Fundos de contrapartida estadual.** Os recursos da contrapartida do Governo da Paraíba pactuados ao Projeto são de USD 12,101,000. Desde o início do Projeto, os recursos aportados foram em salários, bens e serviços economicamente mensuráveis. Até o presente momento, o Governo da Paraíba não aportou recursos financeiros necessários para fazer frente à contraparte nas despesas previstas no POA 2013. A UGP informou que a SEDAP solicitou à Secretaria de Finanças (SEFIN) que disponibilize até o final de 2013 o valor de R\$ 1.2 milhão (ao redor de USD 600 mi), porém, a SEFIN informou que somente poderá disponibilizar o montante de R\$ 520 mil (aproximadamente USD 260 mil), que além de ser insuficiente ainda não foi desembolsado. No referido ao ano 2014, a missão do FIDA demonstrou sua preocupação quanto a disponibilidade dos recursos de contrapartida para cumprir o planejamento previsto para esse ano. Neste sentido, devido à necessária aplicação do percentual de contrapartida *pari-passu* nas despesas a realizar, o FIDA recomenda fortemente à SEDAP e à UGP de intensificar as gestões junto à SEFIN para a obtenção dos recursos necessários.
29. **Conta Designada.** O FIDA realizou o depósito na conta designada inicialmente informada pelo Governo da Paraíba, de titularidade da SEDAP. Contudo, o Projeto informou que devido a uma recomendação da CGE será necessário abrir uma nova conta de titularidade da Secretaria de Finanças (SEFIN). O FIDA sublinhou que o Contrato de Empréstimo estabelece na Seção E, 2, (d) que a conta designada deve estar aberta e operacional, como condição para recebimento de desembolsos do empréstimo, e pediu que tão logo a nova conta esteja aberta informe ao FIDA.
30. **Sistema de Gerenciamento Financeiro.** O Projeto utiliza o SIAFI para a realização das transações de registros financeiros e contábeis de forma segregada e adequada. Contudo, o Sistema de Gerenciamento Financeiro previsto para o Projeto não está implementado. A UGP informou que está em conclusão a negociação com a empresa que desenvolveria esse sistema, depois do qual será enviado ao FIDA o pedido de não objeção para posterior contratação.
31. **Contabilidade e Relatórios Financeiros.** A missão acordou que a contabilidade e relatórios financeiros do Projeto serão elaborados temporariamente em planilhas Excel, de forma a dispor de informações para a prestação de contas no formato estabelecido nas normas do FIDA, utilizando as informações extraídas do sistema SIAFI do Governo da Paraíba. Depois que o Sistema de Gerenciamento Financeiro seja elaborado segundo mencionado no parágrafo anterior, a contabilidade e relatórios financeiros serão realizados utilizando esse sistema.
32. **Auditoria.** Foi acordado que o processo de contratação da empresa de auditoria será publicado em novembro para que a empresa realize as auditorias das contas do Projeto referente aos anos de 2013 e 2014. A missão lembrou à UGP que o relatório de auditoria referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013 deverá ser entregue nos seus originais ao FIDA até no máximo dia 30 de junho de 2014.
33. **Aquisições.** A UGP possui em andamento processos sendo conduzidos pela Comissão de Licitação referentes a aquisições de veículos, equipamentos, locação de automóveis e contratação de auditoria. Durante a missão, parte destes processos foram revisados e foram acordadas medidas a serem tomadas para seu bom andamento. A missão verificou que a equipe de aquisições é experiente, porém, necessita de um profissional para apoio nas atividades de instrumentalização destes processos. A missão recomenda que a equipe de

aquisições seja fortalecida com a contratação de um profissional nesta área e com a participação em cursos relacionados ao tema.

IV. AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA OS PRÓXIMOS MESES

34. O tema que precisa ser resolvido com maior urgência é a contribuição de recursos de contrapartida estadual para o financiamento das atividades do Projeto. No que se refere ao ano 2013, é urgente que o Governo Estadual desembolse os recursos imprescindíveis para fazer efetiva a aquisição de equipamento para o funcionamento da UGP e, ainda mais importante, para contribuir ao financiamento dos projetos que se espera serem aprovados até dezembro deste ano. No que se refere ao orçamento para 2014, é fundamental garantir que seja cumprida a proposta incluída no orçamento estadual e que esses recursos sejam efetivamente desembolsados desde o início de 2014.
35. A assinatura do Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) foi efetivada, porém, é fundamental concluir o repasse dos recursos, pois permitirá viabilizar a incorporação dos recursos humanos que precisa com urgência a UGP para operar o PROCASE de forma efetiva.
36. É necessário também concluir com brevidade o processo em curso de aquisição de equipamentos (material de informática, móveis e outros) e veículos para que a UGP tenha condições básicas adequadas para seu funcionamento.
37. No referido ao gerenciamento financeiro do Projeto, é necessário executar prioritariamente as seguintes tarefas: i) abrir a nova conta designada (em dólares americanos) que deverá ser aberta pela SEFIN e substituir a presente conta aberta pela SEDAP, de modo a permitir novos desembolsos do FIDA; ii) contratar a empresa que se encarregará de realizar a auditoria externa; iii) desenvolver o sistema informático financeiro-contábil; e iv) desenhar os procedimentos de gerenciamento financeiro, que deverão ser incorporados como um anexo do MOP sujeito a não objeção do FIDA.
38. Em termos estratégicos, os projetos de investimento produtivos são uma parte essencial na implementação do Projeto. Por isso, nos próximos meses a UGP deverá centrar esforços na conclusão dos projetos de investimentos que estão em elaboração, na avaliação desses projetos, na sua aprovação pelo CEGIP e na assinatura dos convênios com as organizações de produtores para sua execução.
39. Como resultado da reunião com o Secretário da CGE for efetuados os segundos acordos:
 - a) a gestão do PROCASE enviará para exame prévio da CGE a minuta do instrumento que será utilizado para formalizar convênios com associações para viabilizar o repasse de recursos do Projeto para implementação de investimentos;
 - b) examinada e após os ajustes, conforme o caso, será definida codificação para os convênios que se processarão por meio da minuta pré aprovada;

c) o sistema da CGE de registro de convênios será ajustado para tratar os convênios oriundos do PROCASE em rotina de registro automático segundo a qual ao invés do exame um a um, serão registrados automaticamente e a cada 20, um será sorteado para exame;

40. Ligado a implementação dos projetos, é também fundamental desenvolver os mecanismos de apoio às organizações beneficiárias para a execução dos projetos de investimento produtivo a serem aprovados pelo CEGIP a partir de dezembro deste ano. Esse apoio deve incluir duas áreas principais: fornecimento de serviços de assessoria técnica no âmbito produtivo, e desenvolvimento das capacidades das organizações para a administração dos recursos de investimento que serão repassados a elas para a execução dos projetos.
41. A partir da experiência do primeiro edital para a seleção de projetos produtivos atualmente em curso, será necessário ajustar as ferramentas para preparação, avaliação e aprovação de investimentos. Essas ferramentas deverão ser incorporadas como um anexo do MOP, sujeito a não objeção do FIDA.
42. Para avançar na implementação do Projeto num ritmo mais acelerado, é de grande importância a constituição das URGPs, o que será possível com a efetivação do convênio já assinado com o IICA.
43. A dinâmica atual prioriza a preparação de projetos de investimentos principalmente no marco do componente de desenvolvimento produtivo e inserção nos mercados. Porém, na medida na qual este processo avance e se consolide, será necessário começar a trabalhar com maior intensidade nos componentes de desenvolvimento do capital humano e social, e de gerenciamento sustentável dos recursos naturais, e avançar na formalização de acordos com instituições parceiras e co-executoras do Projeto.
44. Finalmente, o estabelecimento do sistema de Monitoramento e Avaliação é outra tarefa fundamental na qual é necessário começar a trabalhar no máximo até início de 2014. O FIDA comprometeu seu apoio na construção e implementação deste sistema, que será concebido e implementado de modo que seja compatível com os dos outros projetos co-financiados pelo FIDA no Brasil.
45. As ações mencionadas e outras também prioritárias para as quais atenção especial deve ser direcionada nos próximos meses, estão refletidas na tabela abaixo.

Tabela de atividades prioritárias para a implementação do PROCASE

	Atividades	Prazos
	Gestão do PROCASE	
1	Obtenção de contrapartida e desembolso junto à SEFIN para atividades planejadas para 2013, e garantir a contrapartida para atividades planejadas para 2014.	30/10/2013
2	Efetuar repasse de recursos financeiros ao ao IICA, no marco do convênio assinado.	30/10/2013
3	Publicação e contratação de pessoal (25 pessoas) para formar parte da equipe da UGP e URGPs.	30/11/2013
4	Finalização dos processos de aquisição (veículos e equipamento, móveis) necessários para o funcionamento da UGP.	30/11/2013

5	Definição da localização das URGPs e organização dos escritórios locais.	30/11/2013
6	Definir termos de referência e contratação de consultoria para elaboração dos estudos das cadeias produtivas prioritárias.	31/01/2014
	Projetos de investimentos produtivos	
7	Preparação da minuta de convênio e pré envio à CGE.	10/11/2013
8	Concluir a preparação, avaliação, aprovação e assinatura de convênios dos primeiros projetos de investimento e repasse de recursos.	15/12/2013
9	Estabelecer estratégia para apoiar a execução dos projetos, principalmente mediante assistência técnica produtiva e capacitação às organizações beneficiárias para a administração dos recursos.	31/12/2013
10	Revisar e aprimorar roteiro e instrumentos para preparação de projetos com base na experiência acumulada no primeiro edital.	31/01/2014
	Parcerias	
11	Avançar na discussão de acordos subsidiários com co-executores para implementação das atividades do Projeto.	31/01/2014
	Planejamento, Monitoramento e Avaliação	
12	Preparação do POA 2014 e Plano de Aquisições, e envio ao FIDA.	31/10/2013
13	Elaboração do relatório de atividades e financeiro do primeiro ano.	31/01/2014
14	Revisar o Marco Lógico e estabelecer os principais indicadores.	28/02/2014
	Temas financeiros	
15	Abertura de nova conta designada pela Secretaria de Finanças.	31/10/2013
16	Solicitar segundo desembolso ao FIDA.	30/11/2013
17	Contratação de empresa para efetuar auditoria externa do Projeto para 2013 e 2014.	31/01/2014
18	Contratação de empresa de software para desenvolver o sistema financeiro e contábil.	31/01/2014
19	Preparação de anexo ao MOP sobre gerenciamento financeiro.	31/01/2014

João Pessoa, 25 de Outubro de 2013

Marenilson Batista da Silva
Secretário de Estado de Desenvolvimento de Agricultura e da Pesca

Dirce Salete Ostroski
Coordenadora do PROCASE

Ivan Cossio
Gerente de Programas do FIDA para o Brasil

Hardi Vieira
Oficial de Programas do FIDA para o Brasil

ANEXO

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA
Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
(PROCASE)**

EMPRÉSTIMO I-798-BR

**AJUDA MEMÓRIA DA MISSÃO DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
30 DE SETEMBRO A 04 DE OUTUBRO DE 2013**

Introdução

1. Entre o 30 de Setembro e o 04 de Outubro de 2013, uma equipe do FIDA composta por Pablo Sidersky e Emmanuel Bayle, consultores do FIDA, visitou o Estado da Paraíba, para apoiar as atividades do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE.
2. A principal atividade da missão foi a realização de um conjunto de reuniões com a equipe da UGP, com o objetivo de: i) conhecer o trabalho realizado durante o primeiro ano do Procace (outubro 2012 a setembro 2013; ii) analisar a estratégia de implementação do Projeto; iii) discutir a preparação do POA 2014; iv) discutir os instrumentos de apoio à elaboração e avaliação de projetos produtivos.
3. Foi realizada também uma reunião com uma equipe da Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Minerais da Paraíba (CDRM), chefiada pelo seu diretor presidente.
4. Durante a missão, a Coordenadora do PROCASE Dirce Ostroski, organizou uma reunião com o Secretário do Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), Sr. Marenilson Batista da Silva.
5. A missão gostaria de destacar a grande disponibilidade e a qualidade da colaboração da UGP e da SEDAP.

Sobre o caminho percorrido pelo Procace

6. Durante o primeiro ano de vida do Projeto, houve uma série de avanços que merecem ser registrados.
7. A equipe da UGP foi montada e está funcionando, mesmo tendo que conviver com uma certa instabilidade (como, por exemplo, a possível saída recente do terceiro gerente financeiro). Está sendo realizado um processo de seleção simplificado para a contratação de quatro consultores por um período de seis meses para suprir as deficiências de pessoal na UGP. Além disso, a contratação das equipes regionais está sendo encaminhada através de um convênio com o IICA. Este instrumento foi firmado, e o processo de seleção das pessoas para comporem esta equipe está sendo realizado.

8. Foi efetivado o aluguel de uma casa, nas proximidades do Centro Administrativo do Governo da Paraíba, que servirá como escritório da UGP. Já foi encaminhado o processo da primeira aquisição de veículos e equipamentos para o Projeto.
9. Também foi iniciado o trabalho em campo, conforme poderá ser constatado a seguir. As seções que seguem apresentam, de maneira resumida, a análise feita conjuntamente entre a equipe do Procace e a equipe da missão do FIDA sobre a estratégia de implementação do Projeto. Esta análise e projeção para o futuro pautou-se numa leitura da realidade na qual está inserido o Procace e na consequente releitura dos documentos originais.

A apresentação do Procace nos Territórios

10. Foi feito um intenso trabalho de apresentação do Procace nos 5 territórios de atuação do Projeto. Em cada território houve uma reunião ampla, organizada em torno dos Colegiados Territoriais, com a participação de instituições públicas (principalmente entidades estaduais e municipais) e entidades da sociedade civil (diversas organizações da população rural, ONGs, cooperativas, etc.). Estas reuniões foram bem concorridas; uma delas contou com a participação de 150 pessoas. Após estas reuniões amplas, seguiram-se outras reuniões menores nos territórios, com interlocutores específicos, para detalhar a proposta de trabalho do Procace. Segundo o relato da equipe da UGP, esta atividade foi extremamente positiva. Ficou evidenciada uma excelente receptividade nos territórios. Em alguns destes, os colegiados decidiram criar "comissões Procace" para discutir as ações do Projeto. Estas atividades nos territórios lançaram uma base muito boa sobre a qual o Projeto poderá construir as suas ações.

Os projetos produtivos

11. No mês de agosto, o Procace lançou o seu primeiro edital de chamada pública para projetos produtivos. A equipe está monitorando a resposta a esta chamada. Diversas entidades / pessoas já manifestaram interesse e se mobilizam para preparar propostas. Foram identificados aproximadamente 28 projetos em processo de elaboração. Geralmente esses projetos estão sendo elaborados mediante uma importante colaboração espontânea de técnicos e/ou entidades que já trabalham na área de atuação do projeto. Como exemplos foram citados: equipes de ONGs, técnicos de prefeituras, a Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Minerais (CDRM), técnicos de escritório locais da Emater. A equipe da UGP está apoiando este processo de várias maneiras. Por um lado, ela está ajudando na própria elaboração de alguns dos projetos que deverão ser apresentados. Por outro lado, também estará postando no site da SEDAP algumas informações técnicas que devem ajudar na preparação de propostas. Espera-se que os primeiros projetos possam ser aprovados e conveniados ainda no ano em curso.

A questão da assessoria técnica, elemento importante da estratégia de implementação

12. O Procace tem como elemento central da sua estratégia o financiamento de 'projetos produtivos'. Tanto a experiência das pessoas da equipe, como a observação do que está acontecendo em função do edital lançado pelo Procace em agosto, mostra que a questão da assessoria é algo central para o sucesso dessa linha de trabalho. A experiência em curso mostra que ela é crucial para a preparação de propostas com alguma qualidade. Todos os presentes concordaram com a ideia segundo a qual ela é ainda mais importante na implantação do 'projeto' (englobando a execução dos gastos e também o seu funcionamento, pelo menos inicial).
13. Nesta linha de raciocínio, a questão seguinte foi tentar responder à pergunta de quem poderá fornecer esta AT aos grupos que serão apoiados pelo Procace. Foram analisadas diversas possibilidades. Foi visto que a Emater poderá contribuir, mas não tem condições de ser o fornecedor único de AT. Fora outras questões, o problema principal, no caso desta instituição, é a absoluta falta de tempo das suas equipes, que já têm uma agenda muito

cheia, aliado ao fato de não ser possível contratar mais técnicos/as para atender uma demanda como aquela colocada pelos grupos atendidos pelo Procace. Foi discutida uma segunda alternativa, pela qual se contratariam outras organizações idôneas (com experiência, etc.) para realizar esta tarefa. Foi visto que existem na Paraíba alguns casos de 'notório saber' neste campo (tal como o Centro 8 de Março, que trabalha com grupos de mulheres rendadeiras há anos). Também foi lembrado que os assentamentos da Reforma Agrária da área de atuação do Procace já contam com a assessoria de diversas entidades deste tipo, contratadas através do programa de ATES do INCRA. Mesmo que algumas destas entidades ainda não tenham entendido que a colaboração com o Procace é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, deveria ser possível agir para reverter esta situação e contar com o acompanhamento das equipes de ATES. Mas esta solução de contratar entidades da sociedade civil (ONGs, cooperativas de técnicos, empresas) não parece ser uma solução boa o suficiente para ser regra geral. A terceira opção analisada foi a contratação direta dessa AT pelo Procace. Neste caso, os assessores técnicos fariam parte das equipes regionais, realizando o trabalho de articulação e coordenação da ação do Procace nos Territórios e também fariam um trabalho de assessoria permanente aos grupos de agricultores. Foi visto que estas mesmas equipes regionais do Procace seriam o âmbito de acolhida dos ADLs (que poderão ser jovens dinâmicos tendo feito uma formação interessante, ou ainda agricultores ou agricultoras de mais idade, mas com um perfil especialmente adequado para este trabalho de 'agente de desenvolvimento', com uma função de mobilização social).

14. A conclusão das discussões foi que nenhuma das hipóteses representava a resposta perfeita às necessidades do Procace. Por isso, a estratégia neste tema deverá ser 'mista'. Será estimulada a participação das equipes locais da Emater, a partir dos casos onde isto começou espontaneamente. Por outro lado, a contratação iminente de três profissionais para atuarem em cada Unidade Regional deverá dar a estas equipes a capacidade de atuar como assessoria técnica propriamente dita, participando da identificação de grupos interessados, na elaboração de propostas de projetos e no acompanhamento dos projetos aprovados. Também será possível contratar entidades (pessoas jurídicas) para fornecer assessoria a diversos grupos, a começar por entidades com grande experiência para atuarem junto a grupos / cadeias produtivas específicas.
15. Estas equipes de assessoria técnica terão, certamente, um papel importante na implementação de eventos de capacitação para os grupos apoiados. No entanto, foi visto que também será necessário buscar parcerias específicas neste âmbito, com outras entidades que tenham aportes bem identificados, tais como o SEBRAE, INSA, etc.
16. Outro elemento importante para o 'acompanhamento' dos grupos apoiados pelo Procace é o tema da gestão e a prestação de contas dos projetos financiados. Tomando como referência o Projeto Gente de Valor da Bahia, foi visto que seria importante ter pessoas ligadas às equipes regionais para fazer este trabalho específico. Mais que um elemento de controle, este acompanhamento deve ser visto como, principalmente, uma forma de capacitação para as lideranças das associações.
17. A equipe do FIDA se comprometeu a mandar, para a equipe da UGP, um documento sobre as características que deveria ter a assessoria técnica do Procace. Este documento poderá servir como subsídio para alimentar a reflexão e a ação do Procace sobre esta questão.

Estudos de cadeias produtivas

18. Uma rápida análise da realidade da agricultura familiar nas áreas de intervenção do Procace no momento atual, mostrou uma situação bastante diferente daquela que existia quatro anos atrás (quando foi elaborado o Projeto). A seca teve um impacto muito pesado nos sistemas produtivos, sejam eles a criação de caprinos e ovinos, a cultura do caju, a apicultura, etc. Esta situação faz com que uma atividade prevista no projeto original cobre especial importância, para colher subsídio que possam orientar melhor a ação do Procace: trata-se da realização de estudos sobre as principais cadeias produtivas na área de atuação do Procace. Viu-se também que seria interessante começar pelos casos das

cadeias produtivas dos caprinos (incluindo a produção de leite) e ovinos, e a cadeia do caju. Outros estudos poderão ser realizados na sequência (apicultura, etc).

Sobre a pesquisa e a transferência de tecnologia

19. Conforme foi dito na seção anterior, as principais atividades produtivas dos Territórios de atuação do Procace ficaram extremamente fragilizadas por causa da seca. O tema que está na ordem do dia é a reconstrução dos sistemas produtivos familiares. No caso dos sistemas de criação animal, por exemplo, a preocupação prioritária das famílias é a recuperação da produção forrageira, antes de pensar numa ação de recomposição dos rebanhos. Nestas circunstâncias, foi discutida a necessidade de estabelecer uma parceria com a Emepa que priorize esta temática da reconstrução dos sistemas produtivos, sempre dialogando intensamente com a perspectiva de 'convivência com a semiaridez'.
20. Foi visto que a Emepa tem acúmulos científicos em diversos âmbitos, na perspectiva acima mencionada, que interessam ao Procace. A título de exemplo foram citados: o trabalho com palma resistente à cochonilha do carmim, ao qual que poderia ser associado um trabalho de controle biológico tanto desta cochonilha quanto da cochonilha da carapaça; o trabalho com mudas, especialmente do cajueiro e do umbuzeiro; o trabalho de controle de pragas dos pomares sertanejos (como a mosca branca); o trabalho com energia solar, que poderia ser muito útil para a irrigação de pequenas áreas, etc. A negociação com a Emepa, englobando a ideia de vitrine tecnológica já apresentada por ela, deverá se situar neste contexto.
21. Por outro lado, foi acordado que seria importante ampliar o leque de parcerias no universo da pesquisa, já que outras instituições têm acúmulos que poderiam ser de interesse para as famílias dos Territórios atendidos. Neste rol foram mencionados: o Centro da Embrapa Caprinos e Ovinos em Sobral (CE), a Embrapa Semiárido de Petrolina (PE), o INSA, os IFT da área, etc. Também será buscada uma aproximação com organizações da sociedade civil que, nas regiões de atuação do Procace, têm acumulado e sistematizado diversas experiências, saberes e técnicas desenvolvidas e testadas pelas próprias famílias agricultoras, de forma autônoma e sustentável, formando um conjunto de inovações conhecidas como práticas de convivência com o semiárido.

A temática ambiental

22. O texto original do Procace prevê uma atuação em torno da temática ambiental. As discussões mantidas durante a missão permitiram a explicitação de diversos pontos importantes sobre esta questão. O primeiro se refere à importância da integração da temática ambiental com outros componentes do Projeto, buscando evitar uma dinâmica de iniciativas 'paralelas' que pouco dialogam entre si. Neste sentido, tem particular importância a integração das dimensões ambiental e produtiva. Uma das iniciativas previstas no componente ambiental – a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) – é um instrumento bastante adequado para promover a aproximação antes mencionada. Isto significa que, em certos casos, poderão ser inclusos SAFs nos projetos produtivos apoiados pelo Procace, tendo, ao mesmo tempo, uma função produtiva (por exemplo, de produção de forragem e/ou de fruta para consumo e comercialização) e também uma função de conservação ambiental.
23. A segunda iniciativa discutida foi a implantação de experiências de educação ambiental. Acordou-se iniciar o trabalho neste âmbito com uma busca de informações sobre experiências existentes, para depois iniciar a implantação de experiência(s) de educação ambiental em escolas rurais. A equipe da missão sugeriu que seja estabelecido um contato com o Centro Sabiá e o Projeto Sertão / Dom Helder, que trabalharam intensamente com esta temática na região do Pajeú em PE (que é vizinha do Cariri Paraibano).
24. Outras iniciativas também poderão ser desenvolvidas. Foram citados a procura do mapa atualizado da desertificação na Paraíba, que está sendo finalizado pela SUDEMA e que poderá servir de suporte para identificar locais prioritários para o Procace. Também foi

mencionada a necessidade de identificar os mananciais dos Territórios envolvidos, pensando em medidas para a sua proteção. Também foi citado o tema do pagamento por serviços ambientais, mencionado no texto original. Considerando que este instrumento poderá vir a ser útil em alguns casos, foi acertado que a equipe da UGP buscaria subsídios junto a outras experiências que já implementam este instrumento, para poder pensar uma proposta do Procace no futuro. Finalmente, foi tocada a questão do licenciamento ambiental, principalmente dos projetos produtivos apoiados pelo Procace, como veremos na seção sobre parcerias institucionais a seguir.

A formação de jovens

25. No projeto original o Componente 1 estava centrado principalmente numa linha de concessão de bolsas para jovens, numa atividade que aparecia bastante desvinculada das demais.
26. Repensando este componente, foram cogitadas 3 iniciativas bastante 'experimentais' para 2014. A primeira seria constituir uma turma de 50 jovens para seguir uma formação específica de 'desenvolvimento e convivência com o semiárido', no modelo do SERTA ou do Projeto Raízes. A segunda seria a seleção de um número de jovens (100 ou 50?), formando uma primeira 'turma', que receberiam uma bolsa via alguma instituição que tenha *know how* no assunto bolsas, tal como a Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ, para cursar o curso de técnico agrícola (nível médio) ou outros que possam ser de interesse como aquele de agroecologia do Instituto Federal de Picuí. Finalmente, a terceira iniciativa seria a organização de uma formação em gestão associativa, visando o público das associações de base (comunitárias, de produtores – tais como apicultores, etc.). Estas iniciativas deverão ser implementadas em 2014, buscando criar uma base para ampliar o trabalho de desenvolvimento humano nos anos subsequentes.

Sobre Monitoramento e Avaliação

27. As discussões mantidas durante a missão mostraram que as atividades de monitoramento ainda não foram iniciadas. Este fato explica-se pela série de dificuldades vividas pelo Procace no seu primeiro ano, que retardaram o início das ações. No entanto, a perspectiva para 2014 é diferente. O edital aberto em 2013 deverá permitir que os primeiros investimentos sejam contratado em 2013 e efetivamente realizados já no começo do ano que vem. Esta perspectiva coloca a necessidade urgente de pensar e de instalar o sistema de monitoramento e avaliação do Procace. Este processo foi iniciado, com uma discussão sobre o software que deverá permitir o acompanhamento das realizações físicas e dos gastos (financeiro). Mas é necessário avançar, a começar pela decisão em torno deste software, seguido da definição dos métodos de registro das atividades realizadas que permitam, por exemplo, desagregar os dados dos beneficiários atendidos por gênero e geração, etc. Foi enfatizada a necessidade de prever as atividades a serem realizadas e o recursos necessários no POA 2014.

O tema das parcerias institucionais

28. Vimos em seção anterior que é de suma importância buscar estabelecer uma parceria com entidades de pesquisa, em termos que possam contribuir mais incisivamente com as necessidades da população pobre rural dos territórios de atuação do Procace. A seguir falaremos de outras parcerias consideradas importantes.
29. Para avançar nas negociações com a Emater, seria importante valorizar as parcerias concretas que estão surgindo a partir da disposição e do engajamento de diversos técnicos da entidade. Por outro lado, foi visto que seria interessante incluir nesta negociação o tema da recuperação/renovação de alguns dos escritórios locais da Emater (com algum tipo de reforma, equipamento, etc.), pensando também na possibilidade destes albergarem as equipes da URG do Procace. Neste ponto, observou-se que, para ser possível esta recuperação, é imprescindível os imóveis serem de propriedade da Emater.

30. Cabe mencionar o avanço das negociações com a CDRM (Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Minerais da Paraíba), vinculada à Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETDE). Neste caso a reunião mantida pela missão com Marcelo Sampaio Falcão (diretor presidente desta Companhia) e Maria do Carmo Rodrigues de Medeiros (assessora) confirmou que este parceiro está ativamente envolvido na elaboração de projetos de grupos de beneficiários, que serão apresentados em breve ao amparo do edital lançado recentemente.
31. Também foram discutidos possíveis âmbitos de cooperação mais estreita com a SUDEMA, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SERHMACT). O primeiro destes se refere ao tema do licenciamento ambiental que será necessário para as iniciativas apoiadas pelo Procace. Neste caso, trata-se de identificar as iniciativas que requererão este licenciamento, e no caso de ser necessário, o tipo (simplificado ou normal). Nesta questão foi ventilada a possibilidade da própria equipe da UGP poder emitir os pareceres necessários. Para tal, será necessário ter uma autorização explícita da SUDEMA. Um segundo tema a ser explorado para o estabelecimento de uma colaboração é aquela da educação ambiental, sendo este um assunto de interesse da SUDEMA.
32. Durante a semana da missão foi finalizada, com sucesso, a negociação conduzida pela UGP, que permitiu a inclusão da área do Projeto numa iniciativa de implantações de infraestruturas hídricas por parte do DNOCS. Esta iniciativa, que conta com orçamento de R\$ 9,5 milhões, atuará somente na área de atuação do Procace durante um ano (2014), apoiando a implantação de barragens subterrâneas e sistemas de micro- irrigação.

A preparação do POA 2014

33. Foi dedicado um tempo para uma discussão mais detalhada do POA (Plano Operativo Anual), com o objetivo de municiar a equipe da UGP com os elementos necessários para que o POA para 2014 possa ser finalizado e enviado ao FIDA até o dia 31 de outubro próximo.
34. Para tal foram apresentadas e discutidas as diferentes partes que devem compor este documento, como veremos, muito resumidamente¹, a seguir.
- i) **Introdução.** Neste item deve constar apenas um parágrafo com apresentação do documento, para o leitor entender rapidamente a sua lógica.
 - ii) **Apresentação Geral do Projeto.** Trata-se de uma seção curta (2 – 3 páginas) que traz um resumo das principais informações sobre o Projeto (objetivos, duração, área de intervenção, orçamento, montagem institucional), para que o leitor que não o conhece possa ter uma visão geral dele. A priori, esta seção deve permanecer a mesma de um ano para outro.
 - iii) **Análise da execução anterior.** Escrever resumidamente (1 – 2 páginas) o que o Projeto fez até a data atual. Parte-se do pressuposto de que a ação que o Projeto planejará para o POA está relacionado com as características do Projeto e decorre também daquilo que aconteceu durante a execução anterior. Cabe citar as principais realizações e fazer uma muito breve análise do momento vivido pelo Projeto. Isto deve preparar o terreno para a apresentação daquilo que será planejado para o exercício seguinte (no caso, o ano de 2014).
 - iv) **Objetivos e atividades de cada componente para 2014.** Propõe-se apresentar o POA por componente. Deverá haver um parágrafo inicial para mostrar que são vários componentes, explicando a estratégia geral do Projeto para o ano considerado. Em seguida, apresentar-se-á um parágrafo para cada componente, apresentando os objetivos práticos que o componente pretende alcançar no ano, e as atividades necessárias para alcançá-los. Este capítulo deverá encerrar com uma tabela ou quadro que apresenta a síntese das atividades a serem realizadas por cada componente e a sua distribuição no tempo (cronograma por trimestre).

¹ Um pequeno documento intitulado “Guia para a preparação do POA 2014 – PROCASE”, preparado pela equipe do FIDA, foi deixado com a equipe do Procace.

- v) **Orçamento.** Tomando como referência as atividades planejadas, a seção 'Orçamento' deverá quantificar e detalhar os recursos que serão necessários para a sua realização. Para fazer este cálculo será necessário elaborar uma memória de cálculo, que indicará os valores a serem colocados neste orçamento. Esta memória de cálculo (que fica com a UGP) poderá servir de referência, orientando o acompanhamento do andamento do trabalho por parte da equipe do Projeto durante o exercício de 2014.
- vi) **Plano de Aquisições.** Uma vez finalizado o orçamento para o ano 2014, será necessário definir o Plano de Aquisição, mencionando para cada tipo de aquisição, a modalidade que o projeto deverá implementar. O formato do Plano de Aquisição será definido com a UGP na próxima missão do FIDA, prevista para o período de 22 a 25 de outubro 2013.

35. Foi reafirmada a urgência deste trabalho, do qual depende a disponibilidade de recursos do FIDA para o ano de 2014.

Os instrumentos utilizados na preparação das propostas de projetos produtivos

36. Foi realizada uma sessão de trabalho dedicada à discussão sobre os instrumentos – o Roteiro de Diagnóstico Participativo e o Roteiro de Projeto de Dinamização Social, Econômica e Ambiental – que estão sendo utilizados para auxiliar na preparação das propostas de projetos produtivos que serão apresentadas para solicitação de apoio do PROCASE. Também foi discutida a grade de critérios de avaliação dos projetos apresentados, que consta no edital.
37. A discussão permitiu identificar diversos aspectos que poderiam ser melhorados, tanto nos roteiros como nos critérios de avaliação dos projetos. No entanto, como estes instrumentos já são parte do processo de chamamento público, eles não podem ser mudados na vigência do edital. Mas ficou acordado que será feita uma revisão ampla dos roteiros e da grade de critérios de avaliação, para aperfeiçoá-los, antes do lançamento da segunda chamada.
38. A equipe do FIDA se comprometeu a enviar dois documentos sobre estas questões (o diagnóstico e o roteiro de elaboração de propostas), para subsidiar esta revisão.

Tarefas importantes para os próximos meses

39. As discussões mantidas permitiram identificar um conjunto de tarefas a serem realizadas, que são particularmente importantes para que a ação do Projeto possa deslançar e se desenvolver. Elas são:

	Atividades	Responsáveis	Prazos
	Constituição UGP		
1	Finalização da contratação dos consultores para apoio da equipe da UGP.	UGP	30/10/2013
2	Finalização dos processos de aquisição (veículos e equipamento, etc.) necessários para o pleno funcionamento do escritório da UGP em João Pessoa.	UGP	30/10/2013
	Constituição das URGP's		
3	Constituição das equipes regionais, definição da localização (das 4 URGP) e montagem dos escritórios	UGP	30/11/2013
4	Finalização dos processos de aquisição (veículos e equipamento, etc.) necessários para o pleno funcionamento dos escritórios regionais.	UGP	30/11/2013
5	Realizar a preparação / capacitação destas equipes regionais, para que possam ter plena sintonia com o que o Procace requer.	UGP	12/2013
	Projetos Apoio as Atividades Produtivas e no Âmbito Ambiental de		
6	Realização de atividades de apoio a possíveis proponentes (contatos com organizações interessadas e seus assessores,	UGP	30/11/2013

	fornecimento de informações, visitas in loco, etc.) visando garantir a elaboração e apresentação de propostas de projetos.		
7	Realização de processo de avaliação das propostas na medida em que forem sendo recebidas.	UGP	30/11/2013
8	Conveniar os primeiros projetos.	UGP	31/12/2013
9	Preparar e lançar o segundo edital de Projetos de Apoio as Atividades Produtivas e no Âmbito Ambiental.	UGP	31/01/2013
10	Realizar oficinas de apresentação do segundo edital de projetos nos Territórios.	UGP	28/02/2014
11	Apoiar a implementação dos projetos produtivos.	URGP	Após convênios
Componente de desenvolvimento humano e capital social			
12	Estabelecer contatos visando o desenho das primeiras iniciativas do componente de desenvolvimento humano e capital social.	UGP	30/11/2013
Monitoramento e avaliação (M&A)			
13	Elaboração e análise do relatório de atividades e financeiro do primeiro ano	UGP/FIDA	Final de janeiro 2014
14	A preparação do POA 2014 (incluindo o Plano de aquisição) até do 31 de Outubro de 2013, para análise e aprovação.	UGP/FIDA	31/10/2013
15	Preparação do Plano de Aquisição	UGP/FIDA	31/10/2013
Intercâmbios e valorização de experiências locais			
16	Planejar e realizar visitas de intercâmbio ao Projeto Gente de Valor e Projetos Dom Helder Camara/Sertão, para conhecer experiências de acompanhamento das associações e processos de contratação de prestadores de assessoria técnica, pagamentos de serviços ambientais, entre outras possíveis temáticas.	UGP, com colaboração FIDA	Até final de Fevereiro 2014
17	Realizar visita ao Sertão do Pajeú para conhecer experiência de educação ambiental nas escolas rurais, conduzida pelo Centro Sabiá / Projeto Sertão.	Idem	Fevereiro 2014

João Pessoa, 04 de Outubro de 2013

Marenilson Batista da Silva
Secretário / Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Agropecuária e da Pesca (SEDAP)

Dirce Salete Ostroski
Coordenadora do Procace

Pablo Sidersky
Consultor do FIDA